



cnapo

Comissão Nacional de Agroecologia
e Produção Orgânica

RELATÓRIO SEMESTRAL

EQUIPE SECRETARIA-EXECUTIVA DA CNAPO

**CILÍDIA BARBOSA DE SOUZA
KETLEY ELLIENAY MACHADO DO PRADO
LEANDRO DIAS DE SANTANA
SILVIO SILVA BRASIL
THAÍS PONCIANO BITTENCOURT**

Brasília, julho de 2024



RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA COMISSÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA E PRODUÇÃO ORGÂNICA

1º SEMESTRE DE 2024

APRESENTAÇÃO

O Relatório Semestral da Secretaria-Executiva da Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, visa informar sobre as iniciativas e ações realizadas ao longo do 1º semestre de 2024. Inclui em seu conteúdo o registro e relatos sobre as Reuniões presenciais e virtuais da Comissão, a participação em eventos e audiências, além de breves relatos acerca das reuniões da Mesa Coordenadora - CNAPO e das agendas realizadas junto a diversos órgãos e autoridades governamentais variadas.

A sistematização inclui encaminhamentos e desdobramentos que tais momentos ensejaram. Nesse sentido, além do objetivo de informar sobre as ações desenvolvidas, traz consigo o registro de decisões e posicionamentos tomados pelo conjunto dos seus membros ao longo do semestre, e o estágio atual de algumas de suas iniciativas, o que contribuirá também para a preservação da memória do funcionamento da Comissão, bem como ajudará a nortear decisões e posicionamentos futuros.

Ao descrever e relatar as atividades desenvolvidas, oportuno agradecer a equipe da Secretaria Executiva da CNAPO pela dedicação e compromisso com a pauta. A descrição e registro desses vários momentos ainda que evidenciem o trabalho e os esforços despendidos para sua realização, não expressa de todo a plena contribuição e o empenho coletivo para que tais ações se concretizassem. Muito obrigado.

SILVIO SILVA BRASIL

SECRETÁRIO-EXECUTIVO - CNAPO



REUNIÕES PLENÁRIAS

A seguir, apresentamos de forma descritiva e esquemática o conteúdo das reuniões (virtual e presencial) ocorridas no semestre. Inclui a data da realização, pauta, as decisões e as pessoas presentes em cada um desses momentos.

Reunião Plenária Virtual da CNAPO

Data: 26.01.2024 – Sexta-feira

1. Abertura, com saudação feita pelo Secretário-Executivo da CNAPO.
2. Apresentada sugestão de Pauta da Reunião. Aprovada pelos presentes:
 - Informes
 - Cronograma de Reuniões da CNAPO 2024
 - Mesa Coordenadora
 - Regimento Interno da CNAPO
3. Consulta ao Plenário sobre o conteúdo do Relatório da Reunião virtual do dia 22 de 12 de 2023. Aprovado o Relatório.
4. Informes

Apresentadas informações acerca do andamento das tratativas vque visam à retomada do Programa ECOFORTE.
5. Cronograma de Reuniões CNAPO 2024

Debate acerca da proposta apresentada pela Secretaria-Executiva, com solicitação de alterações e adequações. Cronograma aprovado:

 - Março: 19, 20 e 21.
 - Junho: 18, 19 e 20. (Sugestão aprovada, mediante a possibilidade de adequação do período, visando alinhá-lo à data do lançamento do Plano Safra, ainda a ser definido).
 - Setembro: 17, 18 e 19. (Sugestão aprovada, condicionada às possibilidades de viabilização material, para conciliá-la ao evento organizado pelo FCT, a ser realizado neste período, no Rio de Janeiro).
 - Dezembro: 10, 11 e 12.



6. Mesa Coordenadora

A Secretaria-Executiva inicia o debate ponderando quanto à necessidade de definição da composição de uma Mesa Coordenadora, visando contribuir para o andamento das tarefas prementes da Comissão, antes da Reunião presencial planejada para a segunda quinzena de março.

Composição sugerida: Secretaria-Executiva da CNAPO + 4 membros de governo + 4 membros da sociedade civil. Na sugestão, apontados os representantes de governo a compor a Mesa: SG, MDA, MDS e MAPA.

Apresentada sugestão de critérios para as indicações da Sociedade Civil:

- Possuir/agregar memória da CNAPO e PNAPO;
- Representação de movimentos sociais;
- Representação de especialistas;
- Representação de organizações de mulheres;
- Representante da produção orgânica;
- Atender às exigências do art. 8º-D do Dec. 11582/2023 (*Garantir a paridade de gênero entre os representantes, quando não houver maioria de mulheres; e percentual de, no mínimo, 20% de pessoas autodeclaradas pretas e pardas.*)

Decorrido o debate, ficou alinhado o seguinte entendimento:

Acatada a sugestão de composição do Grupo de coordenação - que não deva ser confundida com a Mesa Coordenadora da CNAPO, a ser definitivamente composta somente após a aprovação do Regimento Interno da Comissão, onde deverá constar os regramentos aprovados coletivamente para seu formato e atribuições. Admitiu-se, ainda, a possibilidade de incremento no número de componentes de governo e da sociedade civil. O mandato deste Grupo será temporário, e se incumbirá, precipuamente, da pauta, metodologia e organização da Reunião presencial da CNAPO de março.

As entidades e movimentos da Sociedade civil, decidirão em reunião virtual seus representantes do Grupo de coordenação e informarão à Secretaria-Executiva da CNAPO.

Acordou-se ainda, que após a definição da composição do Grupo de coordenação temporário, este se encontrará em reunião online no dia 29/02, para discussão da pauta da Reunião presencial.

7. Regimento Interno da CNAPO

Acordou-se que o Grupo coordenador temporário, a ser composto conforme definido na discussão do ponto anterior, também se incumbirá de debater e formular uma Minuta de Regimento, para ser apresentada para discussão e deliberação do Plenário, na Reunião da CNAPO de março de 2024.

Presentes na Reunião:



Presentes:

Sociedade Civil:

Adriana Maria Mezdari - MMC
Amália da Silva Marques - FBSPG
Francisca Eliane de Lima - UNICAFES
Francisco Auri Alves Júnior – CONTRAF BRASIL
Gabriela Antonia da Costa Souza - ABA
Jairã da Silva Santos Sampaio - APIB
Leomárcio Araújo da Silva - MPA
Loiselene Carvalho Trindade - ASBRAER
Luciano Marçal da Silveira – Rede ATER Nordeste de Agroecologia
Maria da Glória Batista de Araújo – AP1MC
Marinalda Rodrigues da Silva - MIQCB
Paulo Frederico Petersen – ANA
Philippe Alves Rolemberg Caetano - MCP
Rachel Vaz Soraggi - ABD
Thiago Guedes Viana - CNPOrg
Vagner do Nascimento - FCT
Alice Karine Vriesman – Rede ECOVIDA de Agroecologia
Cecile Marie Yvonne Gabrielle Follet - CNPOrg
Evanilda Tavares Faustino da Silva – MMTR-NE
Rogério Pereira Dias - IBO
Sarah Luiza de Souza Moreira - ANA
Vilenia Venâncio Porto Aguiar - CONTAG
Viviane Chiarello - MPA

Representantes Governo:

Camila Stefaní de Sousa Silva - MF
Edel Nazaré Santiago de Moraes - MMA
Fernanda Machiaveli Morão de Oliveira - MDA
Kátia Maria Barreto Souto – MS
Leosmar Antônio Terena - MPI
Lilian dos Santos Rahal - MDS
Marcelo Fragozo dos Santos - SG
Natália Tavares de Azevedo - MPA
Sara Deolinda Cardoso Pimenta - MM
Sônia da Costa - MCTI
Virgínia Mendes Cipriano Lira - MAPA
Wdson Lycon Correia de Oliveira - MIR
Andréia Lúcia Araújo da Cruz de Carvalho - MF
Bruno Rodrigues Potiguara - MPI
Daniel Peter Beniamino - MMA
Márcia Regina de Carvalho Souza Gonçalves Muchagata - MDS
Marcos Roberto Bertozo - MCTI
Vívian Libório de Almeida - MDA



Representantes de demais órgãos

André Campos Burigo - FIOCRUZ

Cássia Augusta Amaral Buani - FNDE

Débora Mabel Nogueira Guimarães - INCRA

Eduardo Safons Soares - CONAB

Isabel Cristina Lourenço da Silva - ANATER

Jose Antonio Azevedo Espindola - EMBRAPA

Loroana Coutinho de Santana - ANATER

Marina Leal Bicelli de Aguiar - ANVISA

Convidados - Decreto nº 11.582 de 28 de junho de 2023.

Marcos Matias Cavalcante - BNDES

Luciana Chaves Rocha - BNDES

Mariana da Silva Oliveira - FBB

XXIII Reunião Ordinária da CNAPO
Data: 19, 20 e 21 de março de 2024, Brasília-DF.

Anteriormente à Mesa de Abertura, os representantes da Sociedade Civil que integram a CNAPO, reuniram-se com o objetivo de articular e alinhar sua intervenção.

No Auditório do CECAD, 19 de março, das 09h às 12h.

1. MESA DE ABERTURA

No Auditório do Anexo 1 do Palácio do Planalto, 19 de março 2024, das 14h às 16h.

O Ato de Abertura foi coordenado pelo Secretário-Executivo da CNAPO, **Silvio Brasil**, e **Adriana Maria Mezadri**, membra da CNAPO, representando o Movimento de Mulheres Camponesas – MMC. A composição da Mesa buscou expressar a dimensão intersetorial da Política de Agroecologia e Produção Orgânica e sua relevância política na agenda de governo, com a presença de **Marina Silva**, Ministra do Ministério do Meio Ambiente e de Mudança do Clima; **Marcelo Fragozo**, Secretário Nacional de Diálogos Sociais e Articulação de Políticas Públicas da SG/PR e seu representante na Comissão; **Fernanda Machiaveli**, Secretária-Executiva do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, **Virgínia Lira**, representando o Ministério da Agricultura e Pecuária, **Tereza Helena Campelo**, Diretora Socioambiental do Banco Nacional de Desenvolvimento – BNDES; **Kleyton Moraes**, Presidente da Fundação Banco do Brasil - FBB, **Silvia Massruhá**, Presidenta da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA; **Karine Silva** representando **Fernanda Pacobahyba** - Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE; **Marília Leão**, Secretária-Executiva do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA; **Samuel Carvalho**, Secretário-Executivo do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável – CONDRAF. Representando o parlamento, os Deputados Federais **Nilton Tatto**, Coordenador da Frente Parlamentar Mista Ambientalista; **Padre João**, Coordenador da Frente Parlamentar Mista de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional e de Combate à Fome no Brasil e **Leonardo Monteiro**, Coordenador da Frente Parlamentar pelo Desenvolvimento da Agroecologia e Produção Orgânica, que, na ocasião, em articulação com Comissão Nacional, promoveu o lançamento oficial desta Frente Parlamentar.



2. DEBATES

No Auditório do Anexo 1 do Palácio do Planalto, 20 de março 2024, das 16h às 18h.

2.1. *Sociedade e Estado no combate à fome, na promoção da saúde e no enfrentamento à emergência climática. Qual o lugar da agroecologia?*

Sob coordenação de **Islândia Bezerra**/SG-PR e **Leomárcio Araújo da Silva**/MPA e mediado por **Paulo Petersen**/ANA. A partir de fala "indutora/provocadora" do debate, ressaltada a centralidade da Agroecologia, e considerada a tríade *fome-saúde-emergências climáticas*, os interlocutores convidados foram instados a responder algumas questões, a partir dos seus espaços de atuação:

Perguntas orientadoras:

- Como é possível avançar nas conexões entre o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica/PNAPO, a Política Nacional de Abastecimento Alimentar/PNAAB e a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional/PNSAN?
- Como é possível avançar na promoção da saúde sob uma perspectiva agroecológica?
- Emergências climáticas na prática: o que é possível fazer?

Convidadas e convidados:

Elisabetta Recine - Presidenta do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA;
Lilia dos Santos Rahal - Secretária Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – MDS;
Silvio Isoppo Porto - Diretor-Executivo de Política Agrícola e Informações – CONAB;
Juliana Acosta Santorum - Assessoria especial para Territórios - GM – MS.



P.S. POR PROBLEMAS TÉCNICOS NO EQUIPAMENTO, NÃO HOUVE A GRAVAÇÃO DA PROGRAMAÇÃO, NA TARDE DO 1º DIA DE REUNIÃO, O QUE IMPOSSIBILITOU A TRANSCRIÇÃO DAS FALAS.

No Auditório do Anexo 1 do Palácio do Planalto, 21 de março 2024, das 09h às 11h.

2.2. Diálogos sobre as estratégias políticas e metodológicas para o fortalecimento da Agroecologia e da Produção Orgânica

Visando um nivelamento sobre o andamento das estratégias agroecológicas e de como, efetivamente, a CNAPO, através de suas subcomissões temáticas e GTs, poderá atuar na construção do PLANAPO.

Sob a coordenação de **Vilênia Venâncio Porto Aguiar/CONTAG**, **Vivian Libório de Almeida/MDA**, e **Marcelo Fragozo dos Santos/SG-PR**, houve exposição e debate sobre as estratégias políticas e metodológicas para o fortalecimento da Agroecologia e da Produção Orgânica com o intuito de nivelamento, visando à construção do PLANAPO.

Vilênia Venâncio Porto Aguiar/CONTAG expõe que serão apresentadas três



experiências estratégicas que fortalecem a Agroecologia e a Produção Orgânica, e que buscam responder às questões que o Brasil enfrenta que são a fome, emergências climáticas e saúde: as experiências explanadas serão o ECOFORTE, o PRONARA e os NEAs.

Vivian Libório de Almeida/MDA diz inicialmente que é importante historicizar sobre alguns elementos para o fortalecimento da PNAPO. Lembra que o governo tem menos de três anos para avançar nessa estratégia; que é importante promover a intersetorialidade e a manutenção do diálogo entre a Sociedade Civil e o Governo; que a agenda tem grandes desafios que são: a “recaptação” da Política de Bioinsumos, que está com o agronegócio; a retomada do Programa Nacional de Sementes e Mudas; do PRONARA; a construção do Plano Safra Mais Agroecológico; a discussão de estratégia de transição agroecológica; da inclusão sócio-produtiva; a inovação dos serviços de ATER para Agroecologia; do Programa Nacional de Pesquisa e Inovação para a Agroecologia dentre outros temas. É preciso garantir visibilidade que é de direito da agricultura familiar, dos povos das águas e dos povos das florestas com o movimento de retomada de iniciativas exitosas do passado.

a) ECOFORTE: *Desafios e perspectivas para o novo Edital*

Marcos Matias Cavalcante/BNDES, inicia a apresentação sobre as experiências anteriores do ECOFORTE. Diz que a ideia principal do programa é fortalecer Redes de Agroecologia e Extrativismo, fomentar o Cooperativismo, difundir o conhecimento sobre a Agroecologia, promover a conservação da biodiversidade, da cultura tradicional e propiciar a manutenção e construção de sistemas agroalimentares saudáveis atendendo a demanda da promoção da segurança e soberania alimentar. O público alvo do ECOFORTE foram os agricultores familiares, agricultores assentados e os povos e comunidades tradicionais. Foram articuladas ações com outras Políticas Públicas com o PAA, PNAE e Pronaf. O BNDES, em conjunto com a FBB lançaram 5 editais que apoiaram 87 projetos. O valor investido atingiu o valor de R\$ de 78 milhões. Foram apoiadas 42 redes e 33 Cooperativas e Associações. Atingiu em torno de 57 mil pessoas.

Patrícia Dias Ribeiro, convidada do BNDES, expõe que o ECOFORTE Extrativismo teve 2 editais, no primeiro, 10 Cooperativas ou Associações apoiadas e no segundo, 23. No primeiro houve frustração de recursos, o que motivou uma estratégia de mobilização, capacitação para outras Cooperativas e Associações para poderem acessar. Houve 19 mil beneficiados diretos e R\$ 16 milhões em valores executados para os dois editais. No edital de 2014 foi utilizado o Fundo Social que apoia todo o Brasil, mas também se utilizou do Fundo Amazônia. Foram 28 projetos apoiados, com cerca de 28 mil beneficiários, R\$ 32 milhões de valores executados. O edital de 2017 se realizou em duas partes sendo uma para continuar apoiando as mesmas redes e outra para que novas redes pudessem entrar. Foram 20 redes no total, com 8.400 mil beneficiários. Foram executados aproximadamente R\$ 16 milhões. Ainda há projetos em fase final, em função dos impactos da pandemia.



Cláudia Zulmira Cardoso Oliveira/FBB, acrescenta, mencionado a estratégia utilizada em 2016 e 2017 junto com o MMA, o ICMBio e com o apoio do projeto da GIZ, de cooperação alemã, para contratação de consultores que fizeram um processo de busca direta das Associações e Cooperativas na região Norte. Se tinha lançado um primeiro edital no valor R\$ 8 milhões, e que conseguiu-se apoiar com R\$ 12,3 milhões no segundo, em que houve ampliação dos recursos financeiros. Sobre alguns questionamentos relacionados a taxa administrativa, informa que não é possível pagar legalmente, mas que o pagamento contempla despesas relacionadas a execução do projeto. Existem desafios operacionais em função da reprovação de projetos, é importante que as organizações se mantenham regularizadas, que houve desclassificação de 58% de recursos do Fundo Social e Socioambiental e 77% do Fundo Amazônia em razão de propostas desclassificadas por falta de documentação. Existe a intensão de revisar sobre o momento de solicitação de documentação obrigatória, de ser realizada em 3 etapas. Houve questões relacionadas aos percentuais tangíveis e intangíveis e que é importante discutir e definir percentuais mínimos. É pretendido realizar, a partir de mobilização, capacitação para projetos, oficinas de apoio a apresentação de projetos, *online* ou presencial. Para o momento será sugerido um valor de R\$ 2 milhões por rede para primeiro edital com o valor total de R\$ 50 milhões, 25 redes. Para empreendimentos o valor estipulado é de R\$ 500 mil para um prazo de 24 meses, que poderá ser expandido para 30 ou até 36 meses. Os critérios de priorização válidos são os territórios, mulheres e juventude, o público PCT, quilombolas e indígenas. Se quer estimular parcerias em rede de Escolas Família, Universidades e Institutos Federais. É esperado fazer discussões rápidas, presenciais ou *on-line*, para que haja tempo hábil de incorporação das demandas nos editais visto que é de interesse que seja lançado junto ao Plano Safra.



Gabriela Antonia da Costa Souza/ABA, discorre sobre valores administrativos, que a SOS Amazônia, ONG de 35 anos, foi a única que conseguiu se manter durante o desgoverno anterior; que o recurso institucional financiado oscila entre 5%, 10% e 15%, que almeja o mínimo de 20% para o funcionamento das organizações. No bioma amazônico existem o momento seco e o chuvoso, com alterações entre Estados e desta forma os editais precisam de um olhar individual para que seja entregue um bom trabalho, que faça diferença no território.

Fábio Pierre Fontenele Pacheco/ANA Amazônia, detalha que historicamente a Amazônia foi marginalizada em se tratando de políticas públicas; que Órgãos do Governo usam a expressão discriminatória “Custo Amazônia”, que as passagens aéreas para Amazônia são muito mais caras, é região muito extensa, que se faz necessário uso de avião, carro e barco, ida e volta, para ir à campo, falta infraestrutura de estradas, existe a problemática de regularização fundiária e emissão de Nota Fiscal é um grande desafio; que é importante construir parâmetros amazônicos e capacitação das organizações para atender às exigências burocráticas. ATER é fundamental para auxílio na educação e construção do conhecimento.

Eduardo Safons Soares/CONAB, expressa que todos os editais, usualmente, trazem a noção de intangibilidade *versus* investimentos. ATER é tangível para quem recebe e há questionamentos sobre mensuração, a valoração e capacitação. Em Programas do SENAR um técnico recebe, em geral, R\$ 8 mil por mês, carro e um *Palmtop*; que no âmbito do governo a valoração é baixa, e, como via de regra, os editais permitem dilatação de prazo, mas não a atualização de valor, o que pode levar ao endividamento das redes.

Thiago Guedes Viana/CNPOrg, sugere ação de *advocacy* como proposta para a agenda da CNAPO e cita o lançamento da Frente Parlamentar da Agroecologia e Produção Orgânica como forma de fortalecer projetos em rede em todos os Estados.

Leomárcio Araújo da Silva/MPA, destaca a necessidade de se ter menos burocracia e mais recursos, e se não se conseguir ampliar os recursos, buscar novas alternativas. Detalha que o proposto pode gerar conflitos entre organizações, é excludente ao se pretender 25 redes, quando o Brasil tem 26 estados e um Distrito Federal, que deve incluir novos fundos de investimento.

Rachel Vaz Soraggi/ABD, aponta a preocupação quanto a restrições das instituições e seus representantes, que precisa aumentar a taxa administrativa em razão das despesas essenciais para funcionamento e que instituições não estão conseguindo sobreviver.

Patrícia Dias Ribeiro, convidada do BNDES, responde que os editais vão atender todas as regiões, e serão observadas as especificidades não só da Amazônia, mas de outras regiões também; que as contribuições apresentadas serão analisadas. Quanto a fragilidade das instituições, a possibilidade é ter uma cabeça de rede de forma que esta envolva as que não consigam acessar projetos diretamente.

Thaissa Souza, convidada do BNDES, acrescenta que quanto aos custos administrativos não é possível ter uma taxa *Flat*; que há possibilidade de custos administrativos serem custeados em alguns casos em que tenha relação com o projeto, passível de avaliação; que a ATER tem um custo de RH, integrado às

atividades finalísticas do projeto. Destaca a importância de se fortalecer redes de financiamento; que atualmente é utilizado o Fundo Amazônia, Fundo Socioambiental do BNDES e recursos da FBB e que é preciso buscar outras parcerias para questões de licenciamento e de apoio para apresentação de projetos; que, quanto a burocracia, se flexibilizará o que for legalmente possível.

Cláudia Zulmira Cardoso Oliveira/FBB continua, informando que a taxa é paga quando inclusa no projeto, se for gasto para a execução do projeto, em especial o ECOFORTE, que é sim remunerado. Sobre diferenciação de ATER no SENAR é possível apoiar a aquisição de equipamentos, se previstos no projeto, porém existe a limitação de recurso. *Advocacy* era prevista quando se fez a construção do ECOFORTE, num apoio contínuo, de novas etapas; que estava previsto no arcabouço jurídico, mas é uma questão que o grupo discutirá. Quanto ao território, a preocupação é de não haver dispersão de recursos, mas sim ações de mudanças efetivas no território ou na rede.

Marcelo Fragozo dos Santos/SG-PR, ressalta que o ECOFORTE é a principal ação para o fortalecimento das redes, por institucionalidade de Governo; o acordo de cooperação é composto por 11 ministérios e instituições. Um desafio da CNAPO será mapear as redes, institucionalizar, e prever o alcance dos editais. Propõe à Plenária que seja criado um GT, com 11 representantes da Sociedade Civil, para acompanhar e monitorar o ECOFORTE.

b) PRONARA: *Agroecologia e promoção da Saúde*

Rogério Pereira Dias/IBO, apresenta um histórico sobre o Programa Nacional de Redução do Uso de Agrotóxicos. Informa que esse debate se iniciou em 2013 tendo como meta e iniciativa de criar GT com a finalidade de incentivar o processo de transição agroecológica ou orgânica sem utilização de agrotóxicos, ou com utilização de agentes de baixo perigo e risco para a saúde e o meio ambiente; que há a nova lei de agrotóxicos que inclui produtos biológicos como baixo perigo; que foram construídos mecanismos de restrição de uso, produção e comercialização.



Houve uma temática de conscientização da população inerente aos problemas do uso dos agrotóxicos. O PRONARA tinha previsto 6 eixos organizados em I - registro de produtos; II - controle, monitoramento e responsabilização de produção e uso; III - medidas econômicas e financeiras; IV - desenvolvimento de alternativas; V - informação, participação e controle social; e VI - formação e capacitação. Foi apresentado à CNAPO e à CIAPO para a avaliação dos Órgãos envolvidos; a então Ministra do MAPA, Kátia Abreu, foi a única que se recusou a assinar e o decreto não foi publicado. Em contrapartida a Associação Brasileira de Saúde Coletiva – ABRASCO, apresentou para a Comissão de Legislação Participativa do Congresso o projeto de lei nº 6.670, de 2016, intitulado de Política Nacional de Redução de Agrotóxicos, o PL de Agrotóxicos foi para Plenário, mas o PL da PNARA até o momento não foi pautado. Ressalta ainda mais a importância do PRONARA, diante da aprovação do PL dos Agrotóxicos, que traz mais retrocessos do que já havia na Lei de Agrotóxicos. Sugere a recriação de GT para fazer uma revisão do PRONARA, para que já se comece a articulação para não ocorrer o mesmo problema do passado e permitir a instituição do programa para fazer o enfrentamento necessário à situação atual.

c) NEAs: *Agroecologia nas ações de inovação, ensino, pesquisa e extensão*



José Nunes da Silva, convidado da ABA, expõe que os Núcleos de Estudos em Agroecologia – NEAs, surgem do movimento da Agricultura Alternativa da década de 80, que é articulado como ciência, movimento e prática, que são experiências concretas de construção do conhecimento, feitas colaborativamente por aprofundamento e vivências nos territórios entre acadêmicos e conhecimentos das populações tradicionais, dos indígenas, dos camponeses e camponesas, e na agricultura familiar. Relata que de 2010 a 2016 houve 7 editais específicos. Foram investidos R\$ 42,8 milhões. Os NEAs têm se configurado como ferramenta importante de formação dentro das universidades,



que envolvem mais de 400 docentes, 650 estudantes, 165 técnicos de ATER, 800 bolsistas de extensão, 312 cursos realizados, com mais de 25.500 educandos, em quase 8.500 horas de formação, dentro e fora das universidades e 150 processos de inovações tecnológicas e metodológicas. Cita como pontos de destaque para continuidade dos NEAs: I - A contribuição dos NEAs para a constituição de redes e de núcleos, sejam nos níveis estaduais a regionais e até internacionais; II - A capacidade de serem mobilizadores sociais, promovendo processos para a qualificação da participação social e práticas de governança; III – Contribuem para potencializar a democracia, qualificando as relações da Sociedade Civil com o Estado; e IV - Atuar no acompanhamento, monitoramento, avaliação e sistematização de políticas públicas.

Vivian Libório de Almeida/MDA, informa que existe a perspectiva de aporte de R\$ 22 milhões para os editais dos NEAs; que está em desenvolvimento um pacote de inovação para a Agroecologia que engloba os NEAs; enfatiza a necessidade de “recaptação” do orçamento por meio do FNDCT.

Marcelo Fragozo dos Santos/SG-PR, propõe que o GT de revisão do PRONARA produza uma Nota Conceitual para validação dos Ministros; Em relação aos NEAs, informa que o Termo de Referência para pactuação dos Ministérios com o CNPq está em vias de conclusão.

3. APRESENTAÇÃO DA METODOLOGIA DE DISCUSSÃO SOBRE A PLANILHA DO PLANAPO APRESENTADA PELA CIAPO

Ynaiá Masse Bueno, convidada do MDA, como representante da Secretaria Executiva da CIAPO apresenta Proposta de metodologia do trabalho e discussão do PLANAPO para a Plenária, que se organizará em quatro grupos de discussão para produzirem relatórios. Os grupos trabalharão nas dependências da Presidência da República pela tarde do dia vinte das 14hs às 18hs e na manhã do dia vinte e um das 8hs às 12hs.

4. DISCUSSÃO EM GRUPOS

No Auditório do Anexo 1-Palácio do Planalto, 21 de março 2024, das 14h-18h.

5. PLENÁRIA FINAL

- Relatorias das discussões em grupo do PLANAPO

Cecile Marie Yvonne Gabrielle Follet/CNPOrg, inicia a exposição das relatorias das discussões do PLANAPO, **grupo 1, Eixo Produção**: relata que discutiram apenas um objetivo; que há ausência de iniciativas de fomento no Plano, somente crédito por financiamento bancário; que as metas e os indicadores apresentados são baixos e que não se pode reduzir metas por restrições orçamentárias; houve questionamentos em relação aos Bioinsumos e o grupo vê a preocupação em não perder o acúmulo dos conhecimentos das famílias camponesas para corporações que estão se apropriando destes; que sementes e mudas devem ser tratadas como insumos de produção. O grupo se



reunirá *on-line* nos próximos dias e providenciará relato completo até o dia 10 de abril.

Sarah Luiza de Souza Moreira/ANA, relatora do **grupo 2, Eixo Construção do Conhecimento**, relata que houve limitação em trabalhar com a planilha e os materiais que as organizações apresentaram. Ficou entendido que as metas e iniciativas foram construídas e pactuadas entre CIAPO e Ministérios. Foram realizadas junções de objetivos específicos apresentados, de 8 reduzido para 5. Como ponto de atenção cita que é importante que os Ministérios indiquem pessoas que realmente acompanhem as pautas, pois, foi sentida e, considerada como incômodo, ausências de representantes estrategicamente importantes como ANATER, Ministério da Educação, Ministério das Mulheres, Ministério da Igualdade Racial, Ministério dos Povos Indígenas e da Coordenação de Juventude do MDA, o que impossibilitou melhor debate sobre ATER; percentual de participação de mulheres, juventude, povos indígenas e povos negros e negros, sobretudo a construção coletiva do conhecimento que se faz com os sujeitos que, geralmente, são os que constroem as iniciativas, as quais não devem sair somente dos Ministérios para a população. Neste Eixo não há iniciativas relacionadas ao MEC; que não é interessante apenas um objetivo específico com somente uma iniciativa para juventude. Que as ações sugeridas pela Sociedade Civil sejam postas no Plano mesmo que não tenha recurso previsto, pois, o Plano tem que ser construído com o que os povos realmente necessitam. Por fim o grupo considerou insignificantes as metas pretendidas e destaca como ínfimos os números relacionados a PRONERA, ATER e Juventude.

Fábio Pierre Fontenele Pacheco/ANA Amazônia, do grupo 3, expõe sobre o Eixos 2, Uso e Conservação da Natureza, Eixo 5, Terra e Território e o Eixo 6, Sociobiodiversidade. Reforça que as questões relacionadas às mudanças climáticas e o combate à fome devem perpassar por todos os eixos e iniciativas do Plano. Além da ausência da ANATER o grupo considerou importante que a FUNAI e o IPHAN possam compor a CNAPO; que foi vista a falta de comprometimento dos Órgãos que não inseriram no Plano as iniciativas sistematizadas e disponibilizadas pela Sociedade Civil e que deve ser fornecida a memória para propor ajustes e qualificação das ações. As metas em números são insuficientes para salvaguardar os direitos desses Eixos; que o foco sejam as necessidades mais urgentes que são as ameaças das mudanças climáticas relacionadas aos projetos de crédito de carbono, das energias renováveis e das matrizes do hidrogênio verde e que sejam criados sistemas e protocolos de proteção dessas populações. Que a conquista do Marco Referencial de Agroecologia não cause impactos negativos às populações, especialmente os cerceados pelo agronegócio e mineração; que haja um diagnóstico, feito por eixos, sobre externalidades do agronegócio e da mineração em função da não eficiência econômica, energética e ambiental; que haja também um diagnóstico sobre sistemas agroecológicos e agroextrativistas que são ambientalmente eficientes, produtivos, economicamente viáveis, justos e ecologicamente adaptados. Ter EFAs que além de construir conhecimento, possam também ser juntadas a um sistema de ATER com técnicos do local em atendimento ao local.

Flavia Londres da Cunha, Secretária-Executiva da ANA, **do grupo 4, discorrendo sobre o Eixo 4, Comercialização e Consumo e o Eixo 7, Saúde e Cuidados** relata que há insuficiência das metas, que foram



consideradas tímidas e fracas; que não contempla informações de orçamento. Muitas ações sugeridas pela Sociedade Civil não foram incorporadas no Plano e aponta sobre iniciativas como a criação de um mecanismo de gestão e monitoramento, Economia Solidária, inclusão dos públicos urbanos e periurbanos, marisqueiras e agroindustrialização. Legislação Sanitária e adequação sanitária deve estar também no Eixo Comercialização e Consumo. Propõem a criação de um GT para discutir Normas Sanitárias; a criação de objetivo específico que trate de selos e certificação; de ação que trate da regulação dos Centros de Processamento de Plantas Medicinais de Base Agroecológica e da Sociobiodiversidade com iniciativa que trate sobre mecanismos de compras institucionais de alimentos agroecológicos pelos equipamentos de saúde. No Eixo Saúde e Cuidados houve remanejamento de iniciativas dentro dos objetivos e sugerida a reformulação de textos.

Silvio Silva Brasil/CNAPO/SG-PR, encerradas as relatorias do PLANAPO, e discutida a metodologia que orientará os passos seguintes, resume o debate, indicando como encaminhamento que os grupos apresentem suas contribuições à Mesa Coordenadora até o dia 10 de abril; dos grupos serão tiradas duas pessoas, respeitando a paridade Governo e Sociedade Civil, que sistematizarão os resultados e os entregará à Secretaria-Executiva da CNAPO que o endereçará à CIAPO.

- Demais intervenções

Sarah Luiza de Souza Moreira/ANA informa que a Sociedade Civil discutiu a previsão de criação dos seguintes GT's: I - PRONAF; II - PRONARA; III - NEAs; IV - BIOINSUMOS; e V - ECOFORTE.

Eduardo Safons Soares/CONAB sugere a criação de um GT para incidir no Plano Nacional de Abastecimento Alimentar - PNAAB.

Islândia Bezerra da Costa/SG-PR, informa que a CNAPO não foi convidada até o momento para incidir junto a esse comitê.

Silvio Silva Brasil/CNAPO/SG-PR, informa que a Secretaria executiva da CNAPO irá dialogar com a SEAB, do MDA, visando com que a CNAPO seja convidada a compor o grupo de elaboração da PNAAB, com a indicação de representantes da Sociedade Civil. Da mesma forma com o MAPA, em relação à comissão de BIOINSUMOS e com o MMA para representação na construção do Plano Clima.

Cássio Murilo Moreira Trovatto, convidado do MDA, sugere a mudança do PRONARA de GT para Subcomissão Temática em razão do prazo curto e que o tema demandará continuidade.

Allan Kardec Moreira Milhomens, convidado do MMA, esclarece que o Plano Clima está em desenvolvimento nas coordenações setoriais; quanto a recursos externos existe o Fundo de Adaptação com aporte de R\$ 100 bilhões anuais a países em desenvolvimento, que o Brasil, e a Agroecologia, no contexto agricultura familiar, têm potencial para arrecadar recursos desse fundo.

Márcia Regina de Carvalho Souza Gonçalves Muchagata/MDS, acrescenta que o Plano Clima tem duas vertentes, mitigação e adaptação; que a mais célere é a de adaptação e o MDS está coordenando a parte de segurança alimentar e nutricional.

- 
- Apresentação de Moção¹

Allan Kardec Moreira Milhomens, convidado do MMA, faz a leitura da Moção de Apoio à Reestruturação da Carreira dos Servidores da Área ambiental federal. Questionado o Plenário da CNAPO, a Moção foi aprovada por unanimidade.

- Apresentação de Manifesto da Sociedade Civil

Sarah Luiza de Souza Moreira/ANA afirma a importância da CNAPO como pauta estratégica fundamental para articulação de políticas públicas, em especial o combate à fome, o enfrentamento à crise climática e a saúde; finaliza, sintetizando, que a CNAPO defenderá coletivamente a Agroecologia e a vida dos sujeitos em seus territórios.

Leomárcio Araújo da Silva/MPA continua, ressaltando que há razão de festejar a retomada da CNAPO, porém expõe preocupações relacionadas à desproporção entre discurso de um Plano Safra Mais Agroecológico e as ações efetivas, quanto ao volume de recursos. Questiona a importância que o Governo manifesta, quando na primeira reunião ordinária houve tantas ausências importantes para acompanhamento, reflexão e diálogo; reforça o pedido ao Governo, em especial ao Ministro Márcio Macedo, que estruture melhor a Secretaria-Executiva da CNAPO, com aporte de orçamento e também viabilize a presença do representante titular e do suplente da sociedade civil nas reuniões, para que haja melhor qualidade nos trabalhos.

Sarah Luiza de Souza Moreira/ANA convida a todos e todas a cantar a música da *Marcha das Margaridas* cujo título é *Pela Reconstrução do Brasil*.

6. MESA DE ENCERRAMENTO

Composta por **Kelli Cristine de Oliveira Mafort** - Secretária-Executiva da Secretaria-Geral da Presidência da República, **Vivian Libório de Almeida** - Secretária-Executiva da CIAPO - MDA e **Silvio Silva Brasil** - Secretária-Executiva da CNAPO - SG/PR, que abre à intervenção e saudação final da Mesa.

Vivian Libório de Almeida/MDA ressalta que são muitos os desafios e é preciso colocar a temática da Agroecologia na centralidade da estratégia, de maneira intersetorial e engajada; que os impactos dos últimos sete anos enterraram, de forma perversa, muitas políticas; que nenhuma política pública desse Governo é feita sem o olhar da Sociedade Civil; que a política de Agroecologia é algo tão caro, ressaltando a importância da mensagem contida no Manifesto da sociedade civil.

¹ Disponível em: <https://www.gov.br/participamaisbrasil/mocoes-e-notas84>



Kelli Cristine de Oliveira Mafort agradece em nome da Secretaria-Geral da Presidência da República a presença e o empenho da Sociedade Civil nos trabalhos realizados; justifica a ausência do Ministro, dadas outras agendas assumidas, que ocorreram concomitantes à reunião da CNAPO; acrescenta que nunca se precisou tanto ter na centralidade a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, que responde aos enfrentamentos e crises presentes; assume o compromisso de agendar uma reunião do Ministro Marcio Macedo com a Mesa Coordenadora da CNAPO, para antes da próxima reunião presencial, para pensar em estratégias robustas, visando dar passos mais ousados e largos dentro da PNPO; cita também como espaços possíveis de atuação da CNAPO o G20 Social e a COP30; informa que todos os pontos colocados na reunião serão acolhidos e levados aos Ministros; exalta a necessidade de vencermos os desafios apontados e avançar na construção, aplicação e difusão da PNPO. Reitera os agradecimentos ao empenho e à presença de todos e todas e deseja um bom retorno às suas casas.

SUMÁRIO DE DECISÕES/ENCAMINHAMENTOS APROVADOS

Aprovada por unanimidade na plenária final da Reunião ordinária da Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, em 21/03/2024, a Moção de apoio à reestruturação da carreira dos servidores da área ambiental federal. Foi solicitado que a Moção seja encaminhada às instâncias pertinentes: primeiramente aos órgãos do governo federal, especialmente a Secretaria Geral da Presidência da República, ao Ministério da Gestão e Inovação e ao conhecimento do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, bem como aos representantes do Poder Legislativo, com o intuito de sensibiliza-los para a



urgência e importância dessa questão.
Demais encaminhamentos:

Agendar uma reunião com o Ministro Márcio Macêdo no sentido de maior divulgação sobre a política de agroecologia com o objetivo de:

- Reafirmar a importância que a Secretaria Geral da Presidência tem de trabalhar para fortalecer a pauta da Agroecologia junto a todos os ministérios da Esplanada, reafirmando também a importância da CNAPO estar vinculada à Secretaria Geral.
- Que a Secretaria Geral faça esforço no sentido de que governo Lula reforce a participação social, inclusive através do fortalecimento da Secretaria (executiva) da CNAPO, para ela executar suas atribuições, com a estrutura necessária.
- Necessidade da participação dos titulares e suplentes da sociedade civil nas reuniões. Para tanto, será preciso definir as subcomissões temáticas que são importantes para a qualificação do Planapo.

Fazer *lobby* junto ao legislativo para que este disponibilize emenda para a agroecologia, bem como, dialogar com o governo no sentido de garantir orçamento crescente para este setor;

Reforçar a importância e incentivar a proposta dos quintais produtivos;

Ampliar a organização e participação dos fóruns internacionais. Ressaltou-se que sem participação social, não se pode avançar e o compromisso em articular o engajamento, de grupos, pensando principalmente na organização de um G20 social, por ocasião da realização da cúpula do G20 que acontecerá aqui no Brasil.

Criação de GT Ecoforte na CNAPO, composto pelos 11 órgãos partícipes do ACT e 11 representantes da Sociedade Civil;

Recrutar o GT PRONARA, com composição paritária do Plenário e prevendo a possibilidade de convite às organizações não integrantes da CNAPO e com a orientação para que desenvolvamos também, antecipadamente, duas tarefas:

- Documento conceitual sobre o programa para submissão aos ministros/as implicados;
- Mapeamento das iniciativas relacionadas ao programa no PLANAPO.

Criar GT PRONAF

Criar GT NEAs

- Pautar o tema em reunião *online* da CNAPO proximamente, com apresentação do MCTI e, se possível, com reunião preparatória com a Mesa Diretora.

Finalizar de forma consensualizada, na Mesa Coordenadora, a proposta de Regimento interno da CNAPO, para que seja apresentada para aprovação na próxima Reunião Ordinária, no mês de junho. Minuta deve ser enviada

antecipadamente a todas e todos.

Discussão do Planapo

Consensualizado que os 04 grupos que discutiram os 07 eixos do Plano prosseguirão nos debates, por meio de reuniões virtuais.

Cada grupo escolherá/definirá dois membros que comporão um grupo de 08 pessoas que será encarregado de fazer a composição final do Plano, dando-lhe um formato coerente, a ser enviado à CIAPO. Foi pactuado o dia 10 de abril como data final para apresentação das relatorias dos grupos de discussão do PLANAPO.

Outras sugestões apontadas de deliberação:

- Dialogar com a SEAB/MDA para convidar a CNAPO a compor o grupo de elaboração da PNAAB.
- Dialogar com o MAPA em relação a Comissão de Bioinsumos.
- Dialogar com a SNMC/MMA para garantir uma etapa de escuta da CNAPO na construção do Plano Clima.



Presentes:

Membros da Sociedade Civil

Adriana Maria Mezdari - MMC

Cecile Marie Yvonne Gabrielle Follet - CNPOrg

Elizete Maria da Silva - MMTR-NE

Fabio Pierre Fontenele Pacheco - ANA AMAZÔNIA

Francisca Eliane de Lima - UNICAFES

Gabriela Antonia da Costa Souza - ABA



Jairã da Silva Santos Sampaio - APIB
Laércio Ramos Meirelles - Rede ECOVIDA
Leomárcio Araújo da Silva - MPA
Loiselene Carvalho Trindade - ASBRAER
Luciano Marçal da Silveira - Rede ATER-NE
Maria Amália da Silva Marques - FBSPG
Maria da Glória Batista de Araújo - AP1MC
Maria Josana de Lima Oliveira - CONTRAF
Maria José Moraes Costa - CONTAG
Paulo Frederico Petersen - ANA
Philippe Alves Rolemberg Caetano - MCP
Rachel Vaz Soraggi - ABD
Rogério Pereira Dias - IBO
Thiago Guedes Viana - CNPOrg
Vagner do Nascimento - FCT
Sarah Luiza de Souza Moreira - ANA
Vilenia Venâncio Porto Aguiar - CONTAG

Membros de Governo

Cássia Augusta Amaral Buani - FNDE
Cynthia Torres de Toledo Machado - EMBRAPA
Daniel Peter Beniamino - MMA
Eduardo Safons Soares - CONAB
Fernanda Machiavelli - MDA
Isabel Cristina Lourenço da Silva – ANATER
Islândia Bezerra - SG/PR
Islândia Bezerra - SG/PR
Jose Antonio Azevedo Espindola - EMBRAPA
Laila Simaan - MAPA
Luciano Chagas Barbosa - MEC
Marcelo Fragozo dos Santos – SG-PR
Márcia Regina de Carvalho Souza Gonçalves Muchagata - MDS
Silvio Isoppo Porto - CONAB
Virgínia Mendes Cipriano Lira - MAPA
Vívian Libório de Almeida – MDA



REUNIÕES DA MESA COORDENADORA

1ª Reunião da Mesa Coordenadora (presencial) **Data e local: 26.02.2024 - Auditório do CECAD - Brasília-DF**

Pontos inicialmente consensualizados para discussão:

- Definição dos temas e metodologias para a Reunião da CNAPO em março (19 a 21)
- Qual o sentido e objetivo da primeira plenária? Como estruturar os momentos, quais os temas do debate e quais os convidados?
- Discussão, visando à construção do Regimento da CNAPO

1. Em prosseguimento, o debate centrou-se nos assuntos a serem discutidos, o que implicaria também na definição dos convidados. Temas levantados:

- NEAs
- Atuar para que a agenda da agroecologia seja prioridade na agenda do governo
- Agricultura familiar
- Organizações da sociedade civil
- Plano safra mais agroecológico
- Ferramentas concretas para a execução das políticas públicas na agroecologia
- Suporte aos instrumentos de iniciação de ações da agroecologia
- Diálogos do Brasil agroecológico teve muitas rodadas de diálogos com a sociedade civil, mas não conseguiu suprir a necessidade exigida
- Prioridades na agenda com as ações relacionadas a agroecologia
- Retomada ou reinício?
- A complexidade de fazer uma representação expansiva e participativa com tantos membros, enseja o cuidado para que todos se sintam parte e contemplar as diferentes necessidades e características
- Subcomissões temáticas permitem aprofundar o debate das necessidades e demandas de todas as entidades e maior participação da sociedade civil
- Fazer as informações fluírem
- Deve-se primar por enviar as demandas recebidas na Comissão para as entidades e membros periodicamente, para que possam debater sobre as questões antes das reuniões
- Entendimento da importância da agenda e fazer o lançamento do PLANAPO num momento de peso; colocar o lançamento do PLANAPO como prioridade
- A agenda da agroecologia deve estar numa Política de Abastecimento de caráter agroecológico; deve estar na agenda de outros locais que fazem



debates de relevância e que dialogam com assuntos que possuem o caráter agroecológico

- Mais empenho político para que haja mais recursos financeiros (para as ações relacionadas à Agroecologia e Produção Orgânica). Mas, afinal, falta dinheiro ou falta empenho e direcionamento dos recursos (para a Agroecologia)?
- Espaços institucionais para a sistematização e aprofundamento de assuntos trazidos para debate como NEA
- Como construir força política?
- CONSEA e CONDRAF na abertura da reunião da CNAPO
- PLANAPO ser também um plano de enfrentamento à fome e de promoção da saúde
- Um plano com capacidade Política de ocorrer
- Fortalecer as estruturas da Secretaria-Executiva da CNAPO, garantindo mais recursos para seu funcionamento
- Trazer para o PLANAPO outros ministérios, para aumentar a força e distribuir melhor os recursos, mais conexões e melhorar os instrumentos de ações para fortalecer os movimentos
- A agroecologia e a produção orgânica no enfrentamento do desmatamento e mitigação das mudanças climáticas
- Falta de recursos em territórios (sementes) ser de acordo com a necessidade e cultura do local
- Garantir que o novo regulamento do MIROSQ tenha uma base agroecológica
- Plano Brasil sem fome, eixo 3, mobilização e articulação com a sociedade civil
- Promoção da saúde, mitigação das mudanças climáticas e redução da fome
- Agenda mobilizadora para realizar ações concretas
- Sistema de monitoramento e acompanhamento para avaliar o funcionamento do PLANAPO
- Criar um GT ou comissão para o monitoramento
- O que além do ECOFORT podemos apoiar para o PLANAPO?
- Fazer a agenda legislativa avançar
- Recompôr a frente parlamentar
- Viabilizar a participação de outras pessoas e representações, além daquelas que já participam (como membros), por meio das Subcomissões e GTs.

2. Quais os Convidados para a Reunião? Nas intervenções, foi sugerido que a ocasião da Mesa de Abertura da Reunião da CNAPO de março deva estar relacionada ao fortalecimento político da pauta e da Comissão. Para tanto, sugeriu-se trazer os ministérios como convidados bem como o CONSEA, o CONDRAF, além de representação legislativa, com ênfase nas Frentes Parlamentares relacionadas à temática da Agroecologia e Produção Orgânica.

3. Encaminhamentos a partir do debate: estruturação da Programação da Reunião.



4. Definiu-se que até o dia 28/02 seria enviado *link*, pela Secretaria Executiva, com um primeiro detalhamento da proposta de Programação da Reunião, em arquivo para edição coletiva, para que pudesse haver acréscimos, correções e melhor detalhamento da proposta pelos componentes da Mesa Coordenadora - sobre o texto relatado pela Secretaria Executiva da CNAPO.

5. Definiu-se que a Secretaria Executiva enviaria as duas Minutas de Regimento Interno da CNAPO apresentadas na Reunião da Mesa Coordenadora enquanto textos inspiradores para a discussão da proposta de Regimento da CNAPO. Um referenciado no Regimento interno do CONDRAF (Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável) e outro no do CONFOCO (Conselho Nacional de Fomento e Colaboração).

6. Ainda, segundo o acordado, seria enviado também o link para o texto da Minuta do Regimento, a ser elaborada coletivamente, a qual terá como base de referência o texto das Regras de Funcionamento da CNAPO, aprovadas em 2014 e que norteariam as alterações propostas nos textos citados acima.

7. Finalizadas as discussões da Pauta, realizamos Reunião virtual com a Presidência do CONSEA e sua Secretaria Executiva, além da Secretaria Executiva do CONDRAF, ocasião em que foi afirmada a necessidade de constituição de espaço de discussão permanente entre essas instâncias de participação social, bem como apresentado convite à participação de suas representações no Ato de Abertura da Reunião de Março da CNAPO, plenamente acolhidos pelos/as interlocutores/as:

Elisabetta Recine – Presidência CONSEA

Marcos Lopes Filho – Secretaria Executiva CONSEA

Samuel Carvalho – Secretaria Executiva CONDRAF

Presentes:

Mesa Coordenadora:

Islândia Bezerra - SG/PR

Laila Simaan - MAPA

Leomárcio da Silva - MPA

Marcelo Fragozo - SG/PR

Paulo Petersen - ANA

Raquel Chaves - APIB

Rogério Dias - IBO

Silvio Brasil - SG/PR

Vilênia Aguiar - CONTAG

Vivian Almeida - MDA

Secretaria-Executiva CNAPO – SG/PR

Cilídia Souza

Ketley Prado

Silvio Brasil

2ª Reunião da Mesa Coordenadora (virtual)
Data: 24.04.2024

1. Aberta a reunião, foi ressaltado que seu objetivo era a conclusão do Documento final do PLANAPO, para ser oficialmente devolvido à Secretaria Executiva da CIAPO.
2. Foi apresentado um relato sobre o trabalho do grupo de sistematização final, que contou com o apoio de um membro da Sociedade civil. O material sistematizado resultou das discussões havidas durante a Reunião da CNAPO (19 a 21 de março) bem como das que ocorreram durante as 13 reuniões realizadas pelos 4 grupos definidos durante a referida Reunião da CNAPO.
3. A explanação visou à introdução do debate acerca dos pontos presentes no documento *"Mapa de problemas, desafios e pontos de atenção"* (enviado juntamente como a *Planilha "final" 14*), subsídios para análise da Mesa Coordenadora, os quais trazem apontamentos que mereceriam ainda uma definição coletiva da CNAPO quanto ao seu encaminhamento.
4. Buscou-se discutir, então, uma metodologia que levasse à definição do formato final da proposta de iniciativas a partir desse material. No debate, as diversas falas não se detiveram nos pormenores das iniciativas e buscaram centrar nos limites gerais identificados no Plano. Assim, dentre os temas apontados como notadamente ausentes no Plano, foram destacados: *juventude rural, economia solidária e agricultura urbana e periurbana*. Desse modo, para além da percepção em relação às metas e aportes orçamentários, considerados bem aquém do desejado, sobressai a avaliação de que muitos órgãos se limitaram a repetir iniciativas de planos anteriores, com pouca ousadia e baixa inovação.
5. Após demorada avaliação quanto aos limites observados no Plano inicialmente apresentado, as falas dos representantes convergiram quanto à impossibilidade de análise pormenorizada das iniciativas naquele momento. Referendando o trabalho alcançado, fruto das discussões ocorridas nos grupos, durante a Reunião da CNAPO (19 a 21 de março) e nas 13 reuniões virtuais e consolidadas no trabalho de sistematização final, cuja planilha foi apresentada à Mesa Coordenadora, foi manifestado o entendimento de que esta devia ser assumida como produto final e devolvido à CIAPO como a contribuição da CNAPO, conforme institucionalmente se faz necessário, para o prosseguimento dos trâmites para lançamento do PLANAPO.
6. Afirmou-se a necessidade de uma forte incidência política junto às Secretarias Executivas dos diversos ministérios que possuem iniciativas no Plano, para que sejam instadas a contribuir para uma melhor qualificação nas iniciativas das quais são responsáveis e/ou parceiras. Essa atuação deve ser efetuada,



inclusive, junto a outros ministérios que não são membros da CIAPO ou CNAPO, tal como o Ministério do Trabalho e Emprego, responsável pela política de economia solidária.

7. Avaliou-se a necessidade e haver um momento da entrega do Plano às Secretarias Executivas, conforme acima mencionado, que deve ser articulado pela SG-PR e as Secretarias Executivas da CNAPO e CIAPO. A entrega presencial do Plano deve ser acompanhada de uma apresentação do histórico da construção, até o momento, além da identificação de pontos, iniciativas e aportes de cada ministério que mereceriam maior atenção. Nesse momento, avaliou-se também, que seria oportuno destacar as lacunas do Plano e as ênfases sobre temas estratégicos que merecem e poderiam ter desses ministérios um olhar mais detido.

8. As Secretarias Executivas da CNAPO e da CIAPO ficam incumbidas de materializar esses encaminhamentos, atentando para a agenda apresentada pelo MDA, que, em seu cronograma, apresentou as datas seguintes para cada um dos passos a serem cumpridos: entrega da matriz pela CIAPO aos ministérios componentes e ajustes no Decreto (07/05); reunião da CIAPO para Aprovação da matriz e a minuta do Decreto do Plano (13/05), cujo cumprimento será essencial para que o lançamento do PLANAPO se dê por ocasião da divulgação e lançamento do Plano Safra, no mês de junho.

Presentes:

Mesa Coordenadora

Islândia Bezerra da Costa - SG-PR
Leomárcio Araujo - MPA
Paulo Petersen - ANA
Rogério Dias - IBO
Sarah Luiza - ANA
Silvio Silva Brasil - CNAPO/SG-PR
Virginia Mendes Cipriano Lira - MAPA

Convidados

Allan Kardec Moreira Milhomens - MMA
Cássio Murilo Moreira Trovatto - MDA
Cristiana Marinho Maymone - MS
Eduardo Guatimosim - MDA
Mathews Lopes - MDA
Ynaia Masse Bueno - MDA

Secretaria-Executiva CNAPO – SG/PR

Cilídia Souza
Ketley Prado
Silvio Brasil

3ª Reunião da Mesa Coordenadora (presencial)
Data e local: 27 a 29 de maio de 2024 – Brasília-DF

1. PLANAPO 2024-2027 e Visitas aos Ministérios

Inicialmente, o objetivo da Reunião era dedicar-se às principais pendências que ainda constassem da proposta de Planapo 2024-2027, para priorizar reuniões e diálogos de articulação junto aos órgãos e ministérios. No entanto, como ainda não havia uma planilha que pudesse ser compartilhada naquele momento com os membros da Mesa Coordenadora, Cassio/MDA apontou alguns dos temas que deveriam ter uma atenção maior do grupo, que são: NEAs, Territórios agroecológicos, alcance do Programa de Organização Produtiva e Econômica de Mulheres Rurais, Juventude.



Há um diagnóstico por parte dos membros da sociedade no qual a agroecologia é tratada de forma setorializada, dentro das “caixinhas” dos ministérios, sem uma articulação intersetorial. Assim, dentro do MDA, por exemplo, a agroecologia seria tratada especialmente dentro da Secretaria de Agricultura Familiar – SAF, e deveria ser tratada também dentro da Secretaria de Abastecimento, assim como dentro da Secretaria de Governança Fundiária, Desenvolvimento Territorial e Socioambiental – SFDT. O mesmo aconteceria com pautas relacionadas dentro das várias áreas do Ministério do Meio Ambiente, a exemplo da construção da estratégia nacional da biodiversidade, dentre outros exemplos nos vários ministérios.

Nesse ponto, foi levantada a oportunidade de dialogar com a Secretaria de Participação Social, por meio de uma apresentação feita pelo Secretário Renato Simões sobre mapas e territórios com agentes de participação social.



Diante da percepção do que há um esvaziamento político da pauta da agroecologia, outras possibilidades de diálogo foram colocadas, com: Fernanda Machiaveli/MDA, Kelli Mafort/SG/PR, Marina Silva/MMA; assim como reuniões bilaterais dos movimentos na CNAPO com os ministérios.

Encaminhamentos:

- MDA/CIAPO encaminhará as planilhas para os membros da sociedade civil na CNAPO;
- SG/PR articulará reunião com as secretarias executivas dos ministérios no Planapo;

(Mais informações e outros encaminhamentos - ver relato da reunião com a Secretaria-Executiva da SG/PR, abaixo).

2. Próximas reuniões Ordinárias da CNAPO:

2.1. Definição da data e duração da 24ª Reunião Ordinária/Brasília-DF (a 2ª de 2024): a sociedade civil solicita uma reunião mais ampliada, com a duração de 4 dias em Brasília, tendo em vista a necessidade de reinstalação das Subcomissões Temáticas e Grupos de Trabalho. As STs a serem definidas nessa reunião, mas já apontadas como existentes: 1. Produção, Fomento, Crédito e Agroindustrialização, 2. Sementes, 3. Conhecimento, 4. Insumos, 5. Sociobiodiversidade, 6. Terra e Território, 7. Mulheres, 8. Monitoramento e Avaliação, além dos GTs, que são: 1. Pronaf, 2. Agrotóxicos, 3. Ecoforte, 4. Neas, 5. Bioinsumos).

2.2. Definição do local da 25ª Reunião Ordinária da CNAPO/Paraty-RJ, Quilombo do Campinho (a 3ª de 2024): O Fórum de Comunidades Tradicionais, um dos organizadores do evento, é membro da CNAPO e está à frente do 1º Encontro Internacional de Saberes e Territórios (ANEXO). A comissão organizadora do evento já nos contemplou na programação e manifestou pleno desejo e interesse de que os eventos pudessem ser realizados conjuntamente. Além disso, a iniciativa iria ao encontro da premissa de realizar-se um diálogo maior nos territórios.

2.3. Lançamento Plano Safra e Planapo:

A indefinição da data do Plano Safra compromete a decisão da data da próxima reunião ordinária. Não faria sentido reunir a CNAPO antes do lançamento do Planapo 2024-2027, que está como uma entrega do Plano Safra.

- Solicitação de uma fala de um membro da sociedade civil na CNAPO no evento do Plano Safra, destacando a agroecologia nas políticas públicas e suas interfaces com as políticas de SAN e mudança do clima.
- Solicitação de se entregar um *briefing* ao presidente Lula sobre a PNAPO e a importância da agroecologia no contexto de superação da fome e da emergência climática.

3. Atualização sobre o processo do ECOFORTE e Reunião com MCTI/Inácio Arruda sobre o processo dos NEAs:

- ECOFORTE: Informe Islândia –SG/PR, logo após reunião dos pontos focais da governança do ECOFORTE: Há a perspectiva de se contar com R\$ 100 milhões a serem divididos em 2 blocos, considerando a classificação por pontos (acima de 70, seria contemplado no 1º bloco).

NEAS: Reunião com o Secretário Inácio Arruda e a Diretora Sônia Costa – MCTI (ambos virtualmente). O Secretário abordou sobre o andamento do processo. Informou que foi enviado Ofício pelo MCTI aos signatários do Termo de Referência Interministerial, com a solicitação de informação acerca do valor de aporte de recursos que cada um destinaria ao Programa. O Prazo para respostas seria até o dia 07 de julho.

- Reunião com o MEC deve envolver as 3 secretarias: SETEC, SESU e SECADI junto com MCTI.

Atualização (posterior à reunião da MESA): por ocasião de Reunião sobre o tema do Planapo, em 12 de julho, com as Secretárias Executivas da SG-PR e do MDA, representante do MCTI informou terem havido poucas respostas até o momento. Ambas as Secretárias Executivas manifestaram acordo em desenvolver esforços institucionais de ambos os órgãos junto aos demais, para sensibilização quanto às respostas e a necessidade de aportes. SG-PR lembrou de ter feito iniciativas, citando o MEC em particular, a partir de demanda da Mesa Coordenadora da CNAPO.

4. Projeto de Lei da Agroecologia – nº 3.904/2023

Alguns ministérios (MDS, MDA e MMA) já teriam feito suas colaborações ao PL e haveria discordância em dois principais aspectos da proposta: certificações e a definição do público da agroecologia. Entende-se que deve haver uma estratégia política maior para tratar do tema, tendo em vista a dinâmica parlamentar e a possibilidade de alteração da proposta inicial/relatório.

Encaminhamentos:

- Foi encaminhada uma solicitação à CIAPO para que seus órgãos componentes não avancem na discussão interna do PL até que a CNAPO se posicione, na próxima reunião plenária.
- Cogitou-se criar na CNAPO um grupo de trabalho específico para acompanhar a questão, assim como agregar a Frente Parlamentar de Agroecologia na discussão e de forma interconselhos (Condraf e Consea).
- Elaborar uma proposta de agenda parlamentar da CNAPO, com a articulação interconselhos e inter-frentes parlamentares, para:
 - Apresentação do Planapo às Frentes Parlamentares;
 - Dialogar a possibilidade de emendas parlamentares para apoio à agroecologia;
 - Elaborar estratégia e dinâmica de monitoramento e incidência em propostas legislativas relativas e de interesse da agroecologia e da produção orgânica.
- Esse encaminhamento evoluiu para a sugestão de fazermos um momento



da programação da próxima reunião ordinária da CNAPO, em articulação com as Frentes parlamentares, no formato de Sessão ou Seminário, na Câmara dos Deputados. Secretaria Executiva da CNAPO está na articulação.

5. PRONARA

Relançamento do Grupo de Trabalho para atualização do programa de redução de agrotóxicos – Pronara, agendado para o dia 06/junho na Câmara dos Deputados, por ocasião do Seminário “Políticas Públicas para redução do uso de agrotóxicos no Brasil”, promovido pela Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara Federal.

Encaminhamentos:

- Reafirmar a indicação de Rogério Dias-IBO, como representante da CNAPO no Seminário, à diretoria da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara.
- Acompanhar as indicações dos representantes das entidades indicadas para comporem o GT, criar grupo e mobilizá-lo para o seminário e para agenda de trabalho no âmbito da próxima reunião ordinária da CNAPO.

6. Organização da próxima Reunião Ordinária CNAPO

6.1. Definição da data e duração ampliada da Reunião: Inicialmente proposta para os dias 18 a 20 de junho, o grupo teve dificuldades de definir a data da próxima reunião ordinária da CNAPO devido ao provável adiamento do lançamento do Plano Safra para a última semana de junho de 2024. Nesta data, há dificuldades de conciliar as agendas da sociedade civil com compromissos anteriormente assumidos, além da questão das festas no Nordeste e a agenda parlamentar. No entanto, o grupo acordou que:

- A Reunião Ordinária deve ser realizada após o lançamento do Planapo;
- O lançamento do Ecoforte deve ser atrelado ao lançamento do Planapo;
- Tanto o Planapo como o Ecoforte devem ser lançados na ocasião do Plano Safra da Agricultura Familiar.
- Tal reunião deve ter a duração de 4 dias, ao invés de 3, na qual as STs devem ser instaladas.

Encaminhamentos:

- Duas propostas foram colocadas para a sociedade civil decidir em reunião:
 - a) Semana de 24 a 28 de junho, junto ao Plano Safra ou
 - b) Semana de 08 a 12 de julho, após Plano Safra e antes do recesso parlamentar.

Atualização: Após reunião da sociedade civil (dia 05/06), deliberou-se não realizar a reunião na última semana de junho, junto ao Plano Safra. E, caso não seja possível uma articulação parlamentar junto às frentes, há, ainda, a opção de realizar a Reunião Ordinária da CNAPO na semana de 15 a 19 de julho, na terceira semana.

6.2. Realizada discussão inicial acerca da Programação (dinâmicas Plenária, STs,



GTs, temas e convidados), com proposição das etapas e temas. a seguir:

- Reunião da sociedade civil
- Plenária de Abertura
 - “O lugar da agroecologia nos conselhos e conferências”
 - Reinstalação das STs (reforça a necessidade de 4 dias de reunião)
 - Participação social, territórios (SG/PR + MDA) + Plano de Transformação ecológica (MF) + Plano Clima
 - Regimento Interno + Informes
- Sessão Legislativa - CNAPO no Congresso Nacional (interconselhos e inter frentes):
 - Apresentação do Planapo;
 - Emendas;
 - PL Agroecologia;
 - Sistemática de monitoramento de pautas relacionadas no Legislativo.
- Sessão de trabalho
 - Reuniões das Subcomissões Temáticas,
 - Reuniões dos Gts

6.3. Próxima Reunião Ordinária (3ª reunião de 2024) junto ao Evento promovido pelo Fórum de Comunidades Tradicionais (FCT) em Paraty-RJ: Leonardo Freitas/Fiocruz/OTSS, a pedido de Vagner Nascimento/FCT, membro da CNAPO, apresentou a proposta de integrar a Reunião da CNAPO na programação do 1º Encontro Internacional de Territórios e Saberes, a ser realizado entre os dias 09 a 15 de setembro no Quilombo do Campinho, em Paraty-RJ. A reunião da CNAPO seria na programação pré-evento, nos dias 09 e 10 de setembro. Na sequência, os membros da CNAPO poderiam se integrar às várias atividades do Encontro, que se estende até o dia 15/09, e que dialogam diretamente com a pauta agroecológica. O grupo da Mesa Coordenadora está entusiasmado com o convite e entende que é uma oportunidade de realizar uma já ensejada aproximação da CNAPO com os territórios. No entanto, manifestou-se receio quanto à participação do governo, que encontra dificuldades mesmo quando a reunião é em Brasília-DF. Além disso, devem ser avaliadas as questões logísticas e de custo, além da operacional-administrativa relacionada à possibilidade de alteração da data do deslocamento de retorno, embora sem a extensão de diárias, para que os membros da sociedade civil na CNAPO possam continuar no evento nos demais dias que extrapolam a duração da reunião CNAPO.

Encaminhamentos:

- Secretaria Executiva da CNAPO fará uma estimativa de custo para apresentar à Secretaria Executiva SG/PR para avaliar essa possibilidade. Fará também uma consulta sobre a possibilidade de alterar a data de retorno das passagens aéreas, embora sem diárias, para a continuidade dos membros da sociedade civil no evento nos dias que vão além da reunião CNAPO.

- Enfatizada a necessidade de sensibilizar/articular com os membros do governo na CNAPO, para garantir a presença dos representantes na reunião de setembro.

Atualização: a proposta foi colocada pela Mesa Coordenadora na conversa com a Secretária-Executiva SG/PR, Kelli Mafort. A Secretaria-Executiva CNAPO, a partir de levantamento de custos, apresentou a Planilha à SE/SG-PR, posteriormente autorizada.

7. Regimento interno e Decreto PNAPO: A partir da contribuição do membro Jairã Sampaio/APIB, a análise da proposta de regimento interno suscitou dúvidas em relação à revisão do [Decreto nº 7.794/2012](#) (através do Decreto nº 11.582/2023) no que se refere à duração dos mandatos:

"§ 7º O mandato dos membros representantes de entidades da sociedade civil na CNAPO terá duração de quatro anos, vedada a recondução." (Incluído pelo Decreto nº 11.582, de 2023).

De modo geral, as contribuições se deram no sentido de não engessar o trabalho da CNAPO, como, por exemplo, suprimir a citação nominal das STs no Regimento.

Encaminhamento:

- A Secretaria Executiva da CNAPO vai incorporar as sugestões e avaliar juntamente com CONJUR-SG/PR, para que a plenária da CNAPO possa debater e definir um encaminhamento em sua próxima reunião ordinária.

8. Informes e outras Definições/questões

- Cássio – MDA informa que a CGU irá acompanhar o Planapo. CIAPO deverá convidá-los para uma reunião da Câmara, e entende-se que é necessário haver uma conversa do grupo de governo para a gestão da PNAPO e Planapo.
- Indicação da Sarah Luiza como membro da CNAPO no GT Plano Safra.
- Representação da CNAPO em outros espaços institucionais (indicações pendentes: GT Ater/Condraf).
- Necessidade de Indicação de 6 membros da sociedade civil para participação no Fórum Interconselhos nos dias 11 e 12 de julho em Brasília-DF.

Presentes:

Mesa Coordenadora:

Daniel Beniamino/MMA

Elizete Cardoso/MMTR-NE

Leomárcio Silva/MPA

Marcia Muchagata/MDS

Paulo Petersen/ANA

Raquel Tupinambá/APIB

Rogério Dias/IBO

Silvio Brasil/SG-PR

Vilênia Aguiar/CONTAG

Virgínia Lira/MAPA

Convidados:

Allan Milhomens/MMA

Cássio Trovatto/MDA

Secretaria-Executiva CNAPO

Cilídia de Souza

Kethley do Prado

Leandro Santana

Silvio Brasil

Thaís Bittencourt

AGENDAS DA MESA COORDENADORA NOS MINISTÉRIOS

Reunião com a Coordenação Geral de Bioeconomia e Recursos Genéticos – CGBRG/MAPA, com a Coordenadora-Geral Valéria Burmeister Martins e equipe.

Local: MAPA, Bloco D, Sala 720, em 02 de abril de 2024.

A Mesa coordenadora manifestou a intensão de discutir a participação da CNAPO e da sociedade civil no Comitê Gestor do Programa de Bioninsumos coordenado pelo MAPA. Enfatizou-se a necessidade de a sociedade civil poder incidir sobre a revisão do Programa Nacional de Bioinsumos, dada a quantidade de iniciativas propostas no PLANAPO que precisam ser discutidas.

A Coordenadora-Geral, Valéria Martins dentre outros argumentos, demarcou que tal medida exigiria alteração do Decreto do Comitê.

Ainda que tenha havido receptividade à conversa, com a participação de toda a equipe, transpareceu pouca capacidade de atendimento às demandas, enfatizada nas diversas falas a necessidade de encaminhamento do pleito junto aos "setores superiores" do MAPA.

Presentes:

Mesa Coordenadora:

Adriana Mezaadri - MMC

Leomárcio Silva - MPA

Paulo Petersen - ANA

Rogério Dias - IBO

Silvio Brasil - SG-PR

Vilênia Aguiar - CONTAG

Vívian Libório - MDA

Convidado de governo:

Zaré Soares – MDA

Reunião com a Secretaria de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento Social – SEDES/MCTI, Diretora Sonia e equipe.

Local: MCTI, Bloco E, Sala 235, em 02 de abril de 2024.

A partir de informes da Diretora Sonia, constatou-se que do aporte de recursos que estava inicialmente, não apenas o MCTI reduziu de 50 milhões, para 10



milhões, como outros ministérios que anunciaram recurso em 2023, agora, em 2024, não disponibilizam mais nenhum valor.

Apresentado o teor atual do Termo de Referência Interministerial, constatou-se haver diversos pontos que mereceriam alterações, com supressões e/ou acréscimos.

Acordou-se que um grupo, com integrantes da Sociedade civil e do governo se incumbiria de revisar o documento e propor alterações, com prazo estabelecido para devolução desse trabalho.

Ao mesmo tempo, firmou-se compromisso de que, tanto as entidades da sociedade civil quanto os órgãos de governo ali presentes, envidariam esforços de sensibilização junto aos signatários do TRI visando à sensibilização em busca de maior aporte de recursos para novas Chamadas públicas de NEAs, por cada um deles.

Presentes:

Secretaria de Ciência e Tec. para o Desenv. Social – SEDES/MCTI

Sônia Dias, Fernanda Rodrigues e Alexandre Teixeira

Mesa Coordenadora:

Adriana Mezaadri - MMC

Leomárcio Silva - MPA

Paulo Petersen - ANA

Rogério Dias - IBO

Silvio Brasil - SG-PR

Vilênia Aguiar - CONTAG

Vívian Libório - MDA

Convidado de governo:

Zaré Soares - MDA

Reunião com a Secretaria de Mudança do Clima - MMA, Secretária Ana Amélia Campos Toni

Local: Esplanada dos Ministérios, Bloco B, Sala. 700, em 03 de abril de 2024.

A Secretária Ana Toni iniciou o diálogo, explanando sobre objetivos da Secretaria Nacional de Mudança do Clima: Plano Nacional de Mudança do Clima, Governança Climática, o tema clima nos programas dos outros ministérios; zonas costeiras e oceanos; atuação internacional do Brasil no tema mudanças climáticas; acrescenta que todas as Secretarias do MMA têm relação direta ou indireta com a CNAPO; expõe que o Plano Clima terá duas vertentes, a de mitigação e a de adaptação; a de mitigação terá oito planos setoriais e a de adaptação terá quinze; o tema agricultura está sob a co-coordenação do MDA e MAPA.



Paulo Petersen relata que é intuito da CNAPO estabelecer conexões com outras políticas, planos e programas; que a Agroecologia responde positivamente a várias questões, que não trata só de agricultura, mas sim de sistemas agroalimentares; que envolve abastecimento, segurança alimentar, meio ambiente e clima; expõe que enquanto o Plano de Agroecologia está com baixo orçamento há recurso disponível para financiamento de soja na Amazônia e que é preciso inverter a lógica de ações como esta.

Ana Toni fala que é inteligente fazer inclusões estratégicas no Plano Safra em função da transição e que o governo não pretende criar novos fundos.

Paulo Petersen lembra que o Plano Safra tem foco na produção, enquanto a Agroecologia acrescenta abastecimento, discute a distribuição, transformação e saúde; lembra que foi proposto a distribuição de benefício diferenciados em função do grau de alinhamento das propriedades em relação a requerimentos ambientais, beneficiar mais quem tem efeitos positivos do ponto de vista ambiental e reduzir ou até penalizar os que não; que é necessário de força política para levar esta proposta adiante.

Ana Toni argumenta que o objetivo do MMA é beneficiar, reduzindo juros, a quem mais faz pelo meio ambiente; o plano é transversal e todos querem acoplar; que existem boas e más intenções e que é um ponto de preocupação; para a emergência climática requer ações prioritárias; informa que o Plano Clima será constituído de estratégias transversais, uma delas é a transição justa com combate às desigualdade econômicas e sociais; no Plano Transformação Ecológica há 100 ações, um dos eixos é a Bioeconomia, tem sinergia com o Plano Clima; que o Ministério da Fazenda está pensando instrumentos econômicos para implementação; que o Fundo Clima foi laçado com 2 bilhões de dólares para implementação e o de Transformação Ecológica, com um *hedge* de volatilidade cambial de 15 bilhões de reais; mas que é interessante desenvolver instrumentos econômicos inovadores, atrair investimentos nacionais e internacionais do setor privado.

Paulo Petersen explica que está em desenvolvimento no Plano de Agroecologia a avaliação e monitoramento em relação ao efeito de mitigação e resiliência nos territórios; que é importante aproximar os mercados locais e políticas como o PAA e PNAE para efeito positivo na produção, consumo e diminuição da inflação.

Ana Toni questiona se há um estudo que comprova tecnicamente que a Agroecologia é menos carbono;

Rogério Dias alerta que carbono é resiliente dependendo da maneira com que é feita a captura e tratamento; há ciclo curto quando o reflorestamento é para produção de carvão e ciclo longo quando para produção de móveis; que a proposta da Embrapa com o Plano ABC previa somente o plantio direto e sistemas integrados lavoura, pecuária e floresta.

Raquel Tupinambá rememora que o governo lançou o programa Restaura Amazônia e há grande preocupação de como acontecerá na prática; acrescenta que a Agroecologia tem por base o desenvolvimento de uma sócio-economia saudável de florestas, rios em pé e rios fluidos; que deve ser no modelo como de floresta domesticada pelas populações indígenas; que um ponto de atenção é como ligar o reflorestamento com a bioeconomia, sabendo que a bioeconomia está distante da realidade dos povos da Amazônia.

Ana Toni propõe criar uma Mesa de Diálogo para tratar de bioeconomia e



sóciobioeconomia, sugere uma reunião mais técnica sobre o plano, com foco na agricultura para ajudar a desenhar o plano de agricultura e segurança alimentar como as equipes do MMA, MDA e MAPA, e que é importante demonstrar no Plano de Agroecologia a relação com o clima, tanto mitigação como adaptação.

Presentes:

Secretaria Nacional de Mudança do Clima

Ana Amélia Campos Toni

Mesa Coordenadora:

Adriana Maria Mezaadri - MMC

Marcelo Fragozo dos Santos - SG/PR

Paulo Frederico Petersen - ANA

Raquel Tupinambá - APIB

Rogério Pereira Dias - IBO

Silvio Silva Brasil - SG/PR

Vilênia Venâncio Porto Aguiar - CONTAG

Reunião com a Secretaria de Ensino Superior – SESU/MEC, com o Secretário Alexandre Brasil e equipe
Local: Ministério da Educação, Gabinete SESU, em 03 de abril de 2024.

A Mesa destacou como objetivo principal da agenda, estabelecer interlocução com os signatários do Termo de Referência Ministerial em formatação, que visa retomar as Chamadas Públicas de NEAs. Nesse sentido, ressaltou-se a importância estratégica da participação do Ministério da Educação nessa iniciativa.

Rogérios Dias, faz um resgate histórico das Chamadas em anos anteriores, ressaltando o grande alcance e os resultados observados, numa relação custo-benefício extremamente favorável, quando avaliado o orçamento empregado. Destaca então o imenso prejuízo às atuais gerações estudantis, que não tiveram a oportunidade de vivenciar essa experiência nos últimos anos, em função da falta de iniciativa dos últimos governos em retomar as Chamadas que propiciariam a retomada dos NEAs.

O Secretário Alexandre Brasil e sua equipe manifestaram a disposição institucional da SESU em colaborar na retomada da iniciativa, argumentando, entretanto, quanto às dificuldades orçamentárias atuais, mas que via com esperança a possibilidade da SESU entrar com algum recurso, ainda que menor do que o desejado.

Firmou-se disposição conjunta de retomarmos a conversa sobre o tema, juntamente com outras Secretarias do MEC, que, de forma consensual entende-se que também deveriam estar envolvidas nessa iniciativa, destacadamente a SETEC e a SECADI.



Presentes:

Secretaria de Ensino Superior/SESU-MEC:

Alexandre Brasil Carvalho da Fonseca
Adilson Santana de Carvalho
Fernando Antonio dos Santos Matos
Ricardo Portocarrero Menezes

Mesa Coodenadora:

Adriana Mezdari - MMC
Leomárcio Araújo - MPA
Paulo Petersen - ANA
Rogério Dias - IBO
Silvio Brasil - SG-PR

Reunião com a Secretaria de Abastecimento, Cooperativismo e Soberania Alimentar – MDA, e equipe.

Local: Palácio do Desenvolvimento, em 03 de abril de 2024.

Os representantes da CNAPO ressaltam inicialmente os eixos que a agroecologia dialogaria com a política de abastecimento, buscando evidenciar que quando se tem uma política de abastecimento que tem coerência com a agroecologia, a produção muda. É nessa perspectiva que se entende a importância do PAA e do PNAE enquanto grandes promotores da agroecologia, porque quando se tem um mercado que estimule a diversificação produtiva, produção de alimento



reconhecida pelo Estado, comprada pelo Estado, isso muda a produção, amplia o espaço de participação das mulheres, gerando assim um efeito muito grande, que é o efeito reverso, e isso tem haver diretamente com a política de abastecimento. Por isso a necessidade de olharmos para o sistema, ou seja, não podemos ver o abastecimento como se este fosse uma parte isolada do sistema alimentar.

Acatada a reivindicação da participação da representação da CNAPO na construção do Plano Nacional de Abastecimento, a SEAB enviará formalmente o convite em nome do Secretário Milton Fornazier, enquanto Coordenador Geral do Comitê estratégico do Plano de Abastecimento, ao Secretário Executivo da CNAPO, para que a Comissão indique representantes (titular e suplente) para participarem como convidados do Comitê Gestor.

Atualização: Posteriormente, em deliberação da Mesa Coordenadora, foi enviado à SEAB o nome do membro Leomárcio Araújo, para a representação titular da CNAPO no Comitê.

Presentes:

Secretaria de Abastecimento, Cooperativismo e Soberania Alimentar:

Milton Fornazier

Roseli Zerbinato

Mesa Coordenadora:

Adriana Mezaadri - MMC

Islândia Bezerra - SG-PR

Leomárcio Araújo MPA

Marcelo Fragozo - SG-PR

Mazé Moraes - CONTAG

Raquel Chaves - APIB

Rogério Dias - IBO

Silvio Brasil - SG-PR

Vilênia Venâncio – CONTAG

**Reunião com a Secretaria Geral da Presidência, Ministro Márcio Macedo
Local: Palácio do Planalto, Gabinete do Ministro, em 03 de abril de
2024.**

Feito breve relato acerca dos temas prioritários para a PNAPO. Dentre esses foi destacado o tema dos NEAs e a necessidade de uma agenda com o Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovação-MCTI, visando à promoção de avanços no teor do texto atual do Termo de Referência Interministerial, bem como sobre a necessidade de incremento no volume de recursos a serem destinados ao programa. Na ocasião, o Ministro agendou com a Ministra Luciana Santos-MCTI, uma reunião, para atendimento à Mesa Coordenadora da CNAPO, com esse propósito.



Presentes:

Secretaria Geral da Presidência da República:

Márcio Macedo

Kelli Mafort

Mesa Coordenadora:

Adriana Mezdari - MMC

Islândia Bezerra - SG-PR

Leomárcio Araújo MPA

Marcelo Fragozo - SG-PR

Mazé Moraes - CONTAG

Raquel Chaves - APIB

Rogério Dias - IBO

Silvio Brasil - SG-PR

Vilênia Venâncio - CONTAG

Secretaria-Executiva da CNAPO

Cilídia Souza

Ketley Prado

Silvio Brasil

Reunião com a Ministra Luciana Santos – MCTI e seu Chefe de Gabinete Rubens Diniz Tavares
Local: Palácio do Planalto, Gabinete do Ministro Márcio Macedo, em 25 de abril de 2024.

Os representantes da Mesa Coordenadora ressaltaram a necessidade do relançamento o mais breve possível das chamadas públicas dos NEAs, além da necessidade de melhorias no Termo de Referência Interministerial (demandadas pela Sociedade Civil e por outros Ministérios), bem como enfatizaram a necessidade de um maior aporte de recursos pelos Ministérios e pelo FNDCT.

Buscou-se, ainda, evidenciar a importância do MCTI estar mais aberto à pauta da Agroecologia e Produção Orgânica, na medida em que existem inúmeros temas com evidente sinergia e relação entre as iniciativas que conduz e pautas estruturantes para a PNAPO (Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica) tais como bioinsumos; mecanização, inovação e tecnologias voltadas à Agricultura Familiar, dentre tantos outros.



Presentes:

Ministério da Ciência e Tecnologia:

Luciana Santos e Rubens Diniz Tavares

Mesa Coordenadora:

Maria José Moraes - CONTAG

Marcelo Fragozo - SG/PR

Rogério Dias - IBO

Silvio Brasil - SG/PR

Vivian Libório - MDA

Gabinete do Ministro Marcio Macedo:

Tatiana de Souza Santos - SG-PR

**Reunião com a Secretaria-Executiva da SG-PR, Secretária Kelli Mafort.
Local: Palácio do Planalto, Sala 95, em 29 de maio de 2024.**

Os membros da sociedade civil destacaram a fragilidade política da pauta da agroecologia no atual governo. Tanto a CNAPO quanto a CIAPO estão fragilizadas, um exemplo é não termos ainda um Planapo, que é o principal instrumento da PNAPO. Assim como dificuldades de diálogo com setores dentro de alguns ministérios, a exemplo dos Neas. Atentam que tal fragilidade política estaria enfraquecendo a própria institucionalidade dos conselhos e comissões e espaços de participação social, tendo em vista que os movimentos e organizações teriam mais êxito em suas pautas ao procurarem o governo individualmente, ao invés das instâncias coletivas colegiadas.

Destacou-se a necessidade de vermos a agroecologia nas políticas do governo federal como um todo, de forma intersetorial, como uma “radiografia” para ver as possíveis sinergias entre as ações. Nesse sentido, propõem na programação da próxima reunião ordinária da CNAPO uma atividade de articulação interconselhos (Consea, Condraf, Economia solidária, meio ambiente), assim como uma articulação com as frentes parlamentares. Dentro da SG/PR, além do Consea, solicitou-se apoio para articular também com a Política de Participação Social a partir do enfoque dos territórios.

Retorno da Secretária Executiva SG/PR, e encaminhamentos:

- Propõe uma rotina e uma melhoria de fluxo de diálogo com a Secretaria Executiva da CNAPO. E que esta provoque mais a Secretaria Executiva da SG/PR, tendo em vista as várias e muitas outras demandas da SG/PR.
- Levantou-se a possibilidade de vermos a agroecologia no levantamento dos cerca de “60” Planos nacionais a serem levantados pela Casa Civil.
- Até quarta-feira, dia 05/junho, deve ter um retorno da confirmação da data de lançamento do Plano Safra e vai tentar articular pela fala de representantes da CNAPO no evento, assim como um *briefing* ao presidente Lula.
- As reuniões ordinárias preveem uma estimativa de custos. Temos que avaliar se cabem ambas as propostas colocadas para a realização das próximas reuniões: Reunião de 4 dias e Reunião itinerante (em Paraty-RJ).
- Tanto o G20 como a COP 30 contam com comitês de participação social na organização do evento. Para pleitearmos a participação no comitê do G20 o prazo já está esgotado, posto que será já em novembro. Mas podemos articular com o Consea que está presente. Ainda há tempo de estarmos no comitê da COP 30.
- NEAs: A SE/SG-PR se disponibilizou a continuar na articulação para que a política tenha os recursos necessários, tal como o MCTI anunciou no CBA.

Presentes:

Secretaria-Executiva da SG-PR

Kelli Mafort
Renata Porto

Mesa Coodenadora:

Elizete Silva – MMTR - NE
Leomárcio Araújo - MPA
Paulo Petersen - ANA
Raquel Dias - APIB
Rogério Dias - IBO
Silvio Brasil - SG-PR
Virgínia Lira - MAPA

Secretaria-Executiva – CNAPO

Cilídia Barbosa
Silvio Brasil
Thais Ponciano

**Reunião com a Secretaria de Governança Fundiária, Desenvolvimento Territorial e Socioambiental – SFDT/MDA, Secretário Moisés Savian e equipe: Ana Luiza Pupe e Tarcila Portugal.
Local: Palácio do Desenvolvimento, em 29 de maio de 2024.**

A equipe fez uma breve apresentação da atuação da SFDT nas várias pautas e temas do Planapo, como sistemas agrícolas tradicionais, sociobiodiversidade, terra e território, ATER agroecológica, convivência com o semiárido e desenvolvimento territorial através da 3ª fase do Projeto Dom Helder, por exemplo. Desenvolvem um trabalho para territorializar o Plano Safra mas que, devido ao prazo, deve ficar para as próximas edições do Plano. Citaram o programa Floresta Produtiva, também territorializado, no Pará. E que pensam num método para monitoramento finalístico das políticas nos territórios, assim como num Pronaf mais alinhado aos programas ao invés de apenas bancário.





O grupo destacou o foco territorial como mobilizador e que conecta as várias políticas públicas num dado território, fomentando uma formação política e controle social ao mesmo tempo. E refletiu sobre quais seriam os agentes territoriais que atuam na construção das políticas.

Encaminhamentos:

- Convidar a Secretaria de Governança Fundiária, Desenvolvimento Territorial e Socioambiental - SFDT/MDA para participar do GT Pronaf no âmbito da CNAPO; assim como para colaborar com o GT monitoramento e ST Sociobiodiversidade.

Presentes:

Secretaria de Governança Fundiária, Des. Territ. Socioambiental/MDA

Moisés Savian, Ana Luiza Pupe e Tarcila Portugal.

Mesa Coodenadora:

Elizete Silva - MMTR - NE

Leomárcio Araújo - MPA

Paulo Petersen - ANA

Raquel Dias - APIB

Rogério Dias - IBO

Silvio Brasil - SG-PR

Vilênia Venâncio Porto Aguiar - CONTAG

Secretaria-Executiva – CNAPO

Cilídia Barbosa

Ketley Prado

Silvio Brasil

Thais Ponciano

Reunião com a Secretaria Executiva Adjunta do Ministério da Fazenda - Plano de Transformação Ecológica - PTE, Diretora Carolina Grottera + equipe: Carina Vitral e Julia Mascarello.

Local: Ministério da Fazenda, em 29 de maio de 2024.

Agenda solicitada com o intuito de discutir temas relativos às iniciativas constantes no Plano de Transformação Ecológica e sua relação com a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica.

Após breve apresentação dos presentes e da CNAPO/Mesa Coordenadora, a equipe do PTE citou alguns instrumentos financeiros, fiscais e tributários, e as várias possibilidades de acesso a recursos, tais como fundos regionais (BB, Banco Amazônia e BRB), de inovação (Finep) e Fundo Clima, além do Fundo Amazônia e Fundo Social que já conhecemos via Ecoforte. Apresentaram brevemente os eixos do PTE (finanças sustentáveis, bioeconomia e sistemas agroalimentares, transição energética, economia circular, outros), colocando



que é um plano interministerial, e no que se refere à participação social, dialogam mais diretamente com o Fórum Interconselhos e o Conselhão. Ao se remeterem à agroecologia, focaram bastante no Plano de Agricultura de Baixo Carbono (ABC).

Os membros da sociedade colocaram seus pontos e outra concepção no que se refere ao público da agricultura familiar, o contexto problemático do que seria uma transição anti-ecológica, da necessidade de se estabelecerem condicionalidades para uma transformação ecológica e questões relacionadas ao Pronaf agroecologia. Colocaram também questões relativas à territorialização do Pronaf, às finanças solidárias, ao pagamento por serviços ambientais, ao financiamento e reflorestamento e ao modelo de negócio dos pequenos agricultores. Assim, ainda que o PTE tenha muitas possibilidades de diálogo com o Planapo, muita coisa ainda deve ser construída e debatida. Indicaram Gilson Bittencourt, atualmente Subsecretário de Política Agrícola e Negócios Agroambientais, para novos diálogos no Ministério da Fazenda.

Encaminhamento:

- Convidar a equipe do Plano de Transformação Ecológica para STs e GT Pronaf no âmbito da CNAPO.

Presentes:

Ministério da Fazenda - Plano de Transformação Ecológica:

Carolina Grottera, Carina Vitral e Julia Mascarello.

Mesa Coordenadora:

Elizete Silva - MMTR - NE

Marcelo Fragozo dos Santos - SG/PR

Paulo Frederico Petersen - ANA

Raquel Tupinambá - APIB

Rogério Pereira Dias - IBO

Silvio Silva Brasil - SG/PR